

CURRICULUM VITAE
JOÃO MARTINS CLARO

I - QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS

1. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1976, com a classificação final de 15 valores.

2. Pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas.

3. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1984, com a classificação de Bom com Distinção.

II - ENSINO

1. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – regeu as cadeiras de Direito Administrativo I, Ciência Política e Direito Constitucional I, Direito Constitucional II, Direitos Fundamentais, Direito Internacional Público e Direito Comunitário e colaborou nas cadeiras de Direito do Mar e Direito Administrativo II (Contencioso Administrativo);

2. Assistente da Universidade Internacional – regeu as cadeiras de Direito Administrativo e Direito Constitucional;

3. Professor Convidado da Academia Militar – regeu a cadeira de Introdução ao Direito Constitucional e Administrativo;

4. Encarregado de um curso de Direito Administrativo na Universidade da Ásia, em Macau;

5. Professor Convidado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa - regente da cadeira de Direito do Património Cultural na Licenciatura de Conservação e Restauro;

6. Regente da cadeira de Direito do Património Cultural no Curso de Pós-graduação em Ciências Jurídico-Ambientais na Faculdade de Direito de Lisboa;

7. Regente da cadeira de Legislação e Prática de Salvaguarda Patrimonial no Mestrado em Arte, Património e Restauro da Faculdade de Letras de Lisboa;

8. Professor Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - regente da cadeira de Direito do Património Cultural no Mestrado de Museologia;

9. Regente da cadeira de Direito Administrativo no Curso de Pós-Graduação em Gestão Autárquica no Instituto Superior de Gestão;

10. Monitor e coordenador de diversos cursos do Instituto Nacional de Administração (Feitura das Leis, Procedimento Administrativo, Contencioso Administrativo, Contratação Pública, Direito do Património Cultural e Responsabilidade Financeira);

11. Professor na Academia da Função Pública de Timor-Leste, a convite da O.N.U. – Noções Básicas sobre o Estado e a Administração Pública;

12. Responsável pela formação em “técnicas de contencioso administrativo” no âmbito do Programa PIR PALOP II, realizado em Cabo Verde.

13. Professor no Curso de Alta Função Pública, a convite do Instituto Nacional de Administração de Angola.

14. Responsável pela leccionação da cadeira de Direito Administrativo no Curso de Pós-graduação Direito e Fiscalidade, promovido pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa.

15. Professor Convidado no Curso de Mestrado sobre Direito e Interioridade da Faculdade de Direito de Lisboa;

16. Formador de diversas instituições, públicas e privadas, em cursos de aperfeiçoamento na área do Direito Administrativo e do Direito Constitucional;

17. Participação em diversos seminários, colóquios e conferências de âmbito nacional e internacional.

III - OUTRAS ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE

1. Presidente da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Lisboa;

2. Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Lisboa;

3. Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito de Lisboa;

4. Membro do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa de 1990 a 2001;

5. Membro da Assembleia da Universidade de Lisboa;

6. Membro da Comissão de Redacção da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

7. Vice-Presidente do Instituto Português do Direito da Informática e da Informática Jurídica da Faculdade de Direito de Lisboa;

8. Membro da Associação Portuguesa de Direito Constitucional.

9. Membro do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa;

IV - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1.** Inspector-orientador de 1.^a classe da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais;
- 2.** Membro de diversos gabinetes ministeriais;
- 3.** Assessor Técnico-Administrativo do Ministério da Comunicação Social;
- 4.** Assessor da Secretaria de Estado da Cultura;
- 5.** Director do Contencioso do Instituto Português do Património Cultural;
- 6.** Assessor do Gabinete de Apoio Técnico-Legislativo do Ministério da Justiça;
- 7.** Membro da Comissão Técnica Pedagógica do 1º Curso de Administração para técnicos superiores promovido pelo Instituto Nacional de Administração;
- 8.** Membro da Comissão do Património Cultural Subaquático;
- 9.** Consultor do Programa de Modernização da Administração Pública dos Açores pela Fundação Luso-Americana;
- 10.** Consultor do Instituto Nacional de Administração e da Fundação Calouste Gulbenkian no projecto de apoio ao Supremo Tribunal Administrativo de Moçambique;
- 11.** Adjunto do Encarregado de Missão Parcerias-Saúde;
- 12.** Presidente do Conselho de Fiscalização do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça.
- 13.** Perito da OCDE – SIGMA (Support for Improvement in Governance and Management).
- 14.** Consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

V - COLABORAÇÃO EM TRABALHOS LEGISLATIVOS

1. Membro da Comissão de Redacção do Código do Procedimento Administrativo;

2. Membro da Comissão de Redacção do Projecto de Código do Contencioso Administrativo;

3. Membro da Comissão de Redacção do Código do Procedimento Administrativo de Macau;

4. Membro da Comissão que preparou a Lei-Quadro dos Museus;

5. Consultor do Governo da Região Administrativa Especial de Macau no âmbito da revisão da legislação sobre o património cultural e o Centro Histórico de Macau.

6. Coordenador da Comissão para o Desenvolvimento da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

7. Colaboração em diversos diplomas no âmbito da organização e da actividade administrativa do Estado.

VI - ACTIVIDADE PRIVADA

1. Advogado Especialista em Direito Administrativo pela Ordem dos Advogados;

2. Exerce funções de jurisconsulto e advogado, nomeadamente, nas áreas do Contencioso Administrativo, Arbitragem, Contratação Pública, Direito do Urbanismo, Direito do Património Cultural e Direito do Ambiente;

3. Membro de júris da Ordem dos Advogados nas provas para o título de advogado especialista em Direito Administrativo.

4. Consultor de diversas entidades públicas e privadas;
5. Integra como árbitro diversos tribunais arbitrais;
6. Membro do conselho editorial de diversas publicações jurídicas;
7. Presidente do Conselho Jurídico e sócio honorário da Associação Portuguesa das Casas Antigas;
8. Membro do Conselho Consultivo no âmbito do PISAL – Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa.
9. Integrou os corpos sociais de diversas sociedades comerciais.

VII - PUBLICAÇÕES

1. **Introdução ao Estudo do Princípio da Igualdade em Direito Constitucional** (dissertação de mestrado), Lisboa, 1984 ;
2. **O Princípio da Igualdade**, *in* Nos Dez Anos da Constituição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1986;
3. **Jurisprudência Administrativa**, Lisboa, AAFDL, 1989, 2 volumes (em co-autoria com Diogo Freitas do Amaral e João Caupers);
4. **A Marcha do Procedimento Administrativo**, *in* O Código do Procedimento Administrativo, INA, Oeiras, 1992;
5. **O Contrato Administrativo**, *in* O Código do Procedimento Administrativo, INA, Oeiras, 1992;
6. **A Parte Final das Leis**, *in* Cadernos de Ciência de Legislação, n.º 3, INA, Oeiras, 1992;

7. O Cidadão e a sua Administração, Angra do Heroísmo, 1993 (em co-autoria com Luís Rodrigues, Raul Rego, Pedro Lima, e Paulo Garrido);

8. GEOTA vs. EDP, o Caso das Gravuras Rupestres do Côa, *in* Polis, Revista de Estudos Jurídico-Políticos, n.º4/5, Lisboa, 1995;

9. Direito do Património Cultural, Coordenação com Jorge Miranda e Marta Tavares de Almeida, INA, Oeiras, 1996;

10. Enquadramento e Apreciação Crítica da Lei n.º 13/85 e bibliografia sumária, *in* Direito do Património Cultural, INA, Oeiras, 1996;

11. Contencioso Administrativo, Bibliografia Portuguesa, *in* Cadernos de Ciência de Legislação, n.º 15, INA, Oeiras, 1996;

12. A Orgânica do Centro Português de Design, *in* Cadernos de Design, n.º 15/16, Lisboa, 1997;

13. Loteamento Urbano e as Zonas de Protecção de Imóveis Classificados, *in* Revista da Administração Local, n.º 158, Lisboa, 1997;

14. A Arbitragem no Projecto do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, *in* Reforma do Contencioso Administrativo, Trabalhos Preparatórios – O Debate Universitário, Ministério da Justiça, Lisboa, 2000 (também publicado nos Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 22, Julho/Agosto de 2000);

15. A Revisão da Lei de Bases do Património Cultural *in* A Conservação e o Restauro do Património, II Encontro Nacional da Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Lisboa, 2000;

16. Direito Internacional Público – Elementos de Estudo, AAFDL, Lisboa, 2002 (em co-autoria com Ana Fernanda Neves e André Folque);

17. Elementos de Estudo de Direito Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2005 (em co-autoria com J.M. Sérvulo Correia, Ana Gouveia Martins, Mark Bobela-Mota Kirkby);

18. A Convenção de Arbitragem Administrativa, *in* Quarta Conferência – Meios Alternativos de Resolução de Litígios, Ministério da Justiça, Lisboa, 2005;

19. Elementos de Estudo de Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2005 (em co-autoria com J. M. Sérvulo Correia e Alexandra Leitão);

20. Notas sobre o Regime Jurídico de Protecção dos Bens Culturais Imóveis, *in* Direito do Património Cultural e Ambiental, Cadernos Património e História, 2, Sintra, 2006;

21. Código do Procedimento Administrativo, Anotado, 6.^a edição, Coimbra, 2007 (em co-autoria com Diogo Freitas do Amaral, João Caupers, João Raposo, Maria da Glória Dias Garcia, Pedro Siza Vieira e Vasco Pereira da Silva);

22. Legislação Básica da Contratação Pública, Coimbra Editora, Coimbra, 2008 (em co-autoria com Guilherme da Fonseca, José Fontes e Jorge Duarte);

23. Legislação Básica da Contratação Pública – Parte II – Legislação Complementar, Coimbra Editora, Coimbra, 2008 (em co-autoria com Guilherme da Fonseca, José Fontes e Jorge Duarte);

24. A Lei Quadro dos Museus Portugueses, *in* Museologia.pt, n.º 3, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 2009;

25. Aspectos Jurídicos do Património Cultural Imaterial, *in* Museus e Património Imaterial, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 2009;

26. Legislação Administrativa Básica, 8.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2010 (em co-autoria com Guilherme da Fonseca, Luís Sá e José Fontes);

27. Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Legislação Complementar, 5.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011 (em co-autoria com Guilherme da Fonseca e José Fontes);

28. O Enquadramento Legislativo das Políticas Públicas de Protecção do Património Cultural, *in* Actas do II Congresso Internacional – Casa Nobre um Património para o Futuro, Arcos de Valdevez, 2011;

29. A Lei de Bases do Ambiente e as outras Leis de Bases, *in* Actas do Colóquio A Revisão da Lei de Bases do Ambiente, Lisboa, 2011;

30. Enquadramento Jurídico da Protecção e Valorização do Património Cultural: Os Saberes, as Tradições Náuticas e as Embarcações Típicas, *in* Actas do 7.º Congresso European Maritime Heritage, Seixal, 2012.

31. Aspectos Jurídicos da Reforma da Lei de Terras de Macau, *in* As Novas Tendências de Reforma da Lei das Terras, Universidade de Macau, Almedina, Coimbra, 2014.